

HABEAS CORPUS Nº 477.117 - CE (2018/0290461-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : MICHEL COSTA CASTELO BRANCO RAYOL
ADVOGADO : MICHEL COSTA CASTELO BRANCO RAYOL - CE020145
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : FRANCISCO THIAGO GOMES DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : MANOELDO PEREIRA DE SOUSA (PRESO)
PACIENTE : LEANDRO CESAR DE MESQUITA ARAUJO (PRESO)
PACIENTE : JOSÉ LUCIANO SOUZA DE QUEIROZ (PRESO)
PACIENTE : MARCONDES NANGLE GOMES QUIRINO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSÉ LUCIANO SOUZA DE QUEIROZ, FRANCISCO THIAGO GOMES DA SILVA, MANOELDO PEREIRA DE SOUSA, LEANDRO CESAR DE MESQUITA ARAÚJO e MARCONDES NANGLE GOMES QUIRINO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (HC n. 0628787-21.2018.8.26.0000).

Depreende-se dos autos que os pacientes foram presos em flagrante no dia 20/3/2018 pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal. Referidas custódias foram convertidas em preventivas (e-STJ fls. 21/23).

Alegando excesso de prazo prisional, ao argumento que passados 5 meses ainda não havia sido iniciada a instrução processual, e que foi concedida prisão domiciliar com monitoramento eletrônico ao corréu Marcondes Nangle Gomes Quirino, a defesa impetrou prévio *writ* na origem buscando a concessão da liberdade aos pacientes ou a extensão do benefício concedido ao referido corréu, expedindo-se os competentes alvarás de solturas.

Contudo, em sessão de julgamento realizada no dia 23/10/2018, a Primeira Câmara Criminal denegou a ordem, nos termos da ementa a seguir transcrita (e-STJ fls. 623/624):

HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS

OPERANDI E PERICULOSIDADE. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. IMPULSIONAMENTO DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS E NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. SÚMULA 15 TJ/CE. EXTENSÃO DE BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. CORRÉU COM FILHOS DEFICIENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

01. Busca o impetrante com o ajuizamento desta ação a revogação da prisão preventiva dos pacientes em razão da ausência de seus requisitos autorizadores e do excesso de prazo para formação da culpa, requerendo ainda a extensão do benefício concedido ao corréu.

02. No que tange às alegações de ausência de fundamentação da prisão, observa-se que o magistrado decretou a prisão preventiva sob a égide da garantia da ordem pública, levando em consideração o modus operandi e a periculosidade dos acusados, que supostamente invadiram a residência da vítima, arrastaram-na para fora de casa e a assassinaram em razão desta ter ameaçado um policial, além de que os pacientes são agentes de segurança pública do Estado, o que denota uma maior reprovabilidade da conduta.

03. Já quanto ao suscitado excesso de prazo para formação da culpa, levando em consideração as peculiaridades do caso concreto, como o fato de o processo contar com 5 (cinco) réus e a necessidade de expedição de diversas cartas precatórias, entendo que não há constrangimento ilegal pelo excesso de prazo para formação da culpa, posto que está sendo devidamente impulsionado pelo magistrado de piso. Inteligência da súmula 15 TJ/CE.

04. Por fim, quanto ao pleito de extensão do benefício concedido a Marcondes Nangle Gomes Quirino, vê-se que, na verdade, foi concedida a prisão domiciliar ao réu em razão deste possuir dois filhos com deficiência, conforme decisão de fls. 941/943, situação que não foi demonstrada pelos demais pacientes, os quais não fazem jus, portanto, à medida.

05. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

Na presente impetração, a defesa reitera a alegação de excesso de prazo para o início da instrução processual. Aduz, também, que não estão presentes os requisitos para a manutenção da custódia cautelar, sendo cabível também aos ora pacientes a concessão da liberdade com monitoramento eletrônico, assim como foi deferido a um dos réus do processo.

Destaca que todas as condições pessoais dos pacientes são favoráveis e que a gravidade abstrata do delito não ampara, por si só, a negativa do benefício da liberdade provisória.

Requer, liminarmente e no mérito, seja substituída a prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 855/858).

Informações e documentos foram apresentados pelos Juízos de primeiro (e-STJ fls. 863/934) e de segundo grau (e-STJ fls. 935/942).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* e pela não concessão da ordem de ofício (e-STJ fls. 944/949).

Os autos foram a mim distribuídos por prevenção do RHC n. 99.726/CE.

É, em síntese, o relatório.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, apurou-se que os pacientes, em 8 de abril de 2019, tiveram as suas prisões preventivas/domiciliares revogadas, com a concessão da liberdade provisória de forma vinculada.

Assim, é forçoso reconhecer a perda superveniente de objeto desta impetração.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *writ*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator